

ANEXO I - METAS FISCAIS – LDO 2018 (Conforme art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000)

Em cumprimento ao § 1º, Art. 4º da LRF, será apresentada a seguir a avaliação das metas fiscais para o exercício financeiro de 2018, referente à administração direta, indireta e fundacional.

O presente anexo estabelece as metas anuais relativas às receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública que devem ser acompanhadas durante a execução orçamentária do exercício a que se referem e para os dois seguintes. Além disso, analisa o cumprimento das metas relativas ao ano anterior; demonstrativo das metas anuais, com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as metas fixadas nos três exercícios anteriores; evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; avaliação da situação financeira e atuarial e demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

(§1º Art.4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000)

A tabela abaixo destaca os valores correntes e constantes da receita e despesa fiscal, do resultado primário e nominal e da dívida pública consolidada do ano de 2016, a projeção constante do Anexo de Metas da LDO 2017, os valores consolidados referentes ao 1º Quadrimestre de 2017, a previsão atual e as projeções para os próximos anos.

METAS FISCAIS (RESULTADOS NOMINAIS)

DENOMINAÇÃO	2016 ¹	2017 ²	2017 ³	2018	2019	2020	2021
Receita Fiscal (A)	1.998.572.900,11	2.022.332.901,78	726.714.736,81	2.707.784.373,97	2.798.574.113,23	2.890.824.129,93	2.950.768.092,01
Despesa Fiscal (B)	1.962.965.324,73	2.229.582.502,42	499.291.398,96	2.757.697.328,00	2.835.859.135,00	2.917.931.750,00	2.944.632.425,00
Resultado Primário (A-B)	35.607.575,38	(207.249.600,64)	227.423.337,85	(49.912.954,03)	(37.285.021,77)	(27.107.620,07)	6.135.667,01
Dívida Fiscal Líquida	933.841.774,16	674.814.161,38	690.240.362,14	645.583.696,33	664.029.372,47	624.213.392,76	640.556.779,97
Resultado Nominal	(10.224.759,14)	5.420.003,97	(243.601.412,02)	(44.656.665,81)	18.445.676,14	(39.815.979,71)	16.343.387,21

Fontes: 1 Receitas e Despesas Primárias (Liquidadas) de acordo com Anexo VI RREO 3º Quadrimestre 2016

2 Previsão Lei 4768 de 20 de Julho de 2016 - LDO

3 Receitas e Despesas Primárias (Liquidadas) de acordo com Anexo VI RREO 1º Quadrimestre 2017

Notas:

1 - A Receita Primária corresponde ao total das Receitas Orçamentárias deduzidas as Operações de Crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

2 – A Despesa Primária corresponde ao total das Despesas Orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 – O Resultado Primário indica se gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

4 – O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida em 31 de dezembro em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

METAS FISCAIS (RESULTADOS REAIS)

DENOMINAÇÃO	2016	2017	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Fiscal (A)	1.998.572.900,11	1.949.988.334,57	726.714.736,81	2.594.408.713,20	2.684.483.561,85	2.772.972.786,50	2.830.472.989,93
Despesa Fiscal (B)	1.962.965.324,73	2.149.824.030,87	499.291.398,96	2.642.231.798,41	2.720.248.570,74	2.798.975.299,76	2.824.587.458,03
Resultado Primário (A-B)	35.607.575,38	(199.835.696,30)	227.423.337,85	(47.823.085,21)	(35.765.008,89)	(26.002.513,26)	5.885.531,90
Dívida Fiscal Líquida	933.841.774,16	650.674.150,40	690.240.362,14	618.552.933,15	636.958.630,67	598.765.844,37	614.442.954,41
Resultado Nominal	(10.224.759,14)	5.226.115,10	(243.601.412,02)	(42.786.879,19)	17.693.694,14	(38.192.786,30)	15.677.110,04

Deflacionado pela inflação acumulada no ano de 2017 e previstas para os anos de 2018 a 2021

O cálculo das metas descritas na tabela acima foi realizado considerando-se os índices da memória de cálculo baseando-se no crescimento do PIB, meta para taxa de juros, taxa de variação de preços divulgados pelo Banco Central do Brasil em junho de 2017 conforme abaixo:

Memória de Cálculo

1,00%

Indicadores	2017	2018	2019	2020	2021	Fonte
IPCA	3,71	4,37	4,25	4,25	4,25	Bacen
SELIC (média do ano)	10,28	8,50	8,75	8,50	8,50	Bacen
PIB TOTAL	0,41	2,30	2,50	2,50	2,50	Bacen
PIB SERVIÇOS	-0,13	2,00	2,30	2,50	2,50	Bacen
IGP-M	1,25	4,50	4,50	4,50	4,50	Bacen

Relatório de referência: 09 de Junho de 2017 - Mediana

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS

As projeções das metas anuais para a LDO 2018 e para os anos subsequentes foram estabelecidas em função das expectativas quanto ao desempenho das atividades econômicas do país, das projeções para outros indicadores macroeconômicos, além dos desempenhos esperados para algumas categorias de receitas e despesas.

Principais Parâmetros Macroeconômicos

Os principais parâmetros para as projeções coincidem com as do cenário macroeconômico que compõem a tabela de memória de cálculo com dados de atividade econômica e índice de preços.

Podemos considerar o PIB como a principal variável para explicar o crescimento real das receitas municipais, uma vez que parte significativa das receitas tributárias e não tributárias, assim como transferências correntes, acompanham o ritmo da atividade econômica.

As taxas de inflação no varejo (IPCA) estimadas no período foram de 3,71% em 2017, 4,37 % em 2018, 4,25% em 2019, 2020 e 2021.

As taxas de inflação referentes ao índice composto entre atacado, varejo e construção civil (IGP-M) estimadas no período foram de 1,25% em 2017, 4,50% em 2018, 4,50% em 2018 e 4,50% em 2019, 2020 e 2021.

No que diz respeito à taxa de juros (SELIC), considerou-se taxas de 10,28%, em Junho de 2017, 8,50% em 2018; 8,75,00% em 2019 e 8,50% em 2020 e 2021 tomando como referência as médias anuais.

Para as categorias mais importantes da receita foram realizadas projeções de acordo com as taxas previstas do PIB, IPCA, IGP-M, Taxa Selic e Índice de Participação do Município de Osasco – SP.

Metodologia e Memória de Cálculo das Projeções das Receitas e Despesas

As projeções anuais de Receitas do Município de Osasco, calculadas a partir das variáveis mencionadas para o período de 2018 a 2021 são as seguintes:

Receitas Correntes

As Receitas Correntes, compostas tanto por recursos de arrecadação própria quanto pelos recebidos por meio de transferências, têm como base de projeções, as variáveis macroeconômicas citadas, sobretudo os comportamentos esperados para o PIB e para a inflação nos próximos períodos.

Receita Tributária

A Receita Tributária é composta de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Os principais tributos, no Município de Osasco, são: o Imposto Sobre Serviços (ISS), o Imposto Predial territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), incluindo a cobrança de dívida ativa dos respectivos tributos. Para a projeção das principais receitas tributárias utilizamos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA e a expansão econômica (PIB).

A partir do exercício de 2018 serão realizadas ações que trarão um incremento nas receitas tributárias de aproximadamente 100.000.000,00 ao ano, quais sejam:

- Georreferenciamento, Alteração e Atualização de Cadastros;
- Criação da Agência de Desenvolvimento Econômico de Osasco;
- Aumento do uso de Tecnologia voltadas para área Tributária e Fiscal;
- Avanços nos processos de inteligência fiscal via cruzamento de dados;
- Mudanças na gestão de fiscalização em campo;
- Integração e troca de informação com a SEFAZ-SP e a Receita Federal;
- Criação do sistema de premiação e benefícios sobre Nota Fiscal.

Receita de Contribuições

Registra o valor da arrecadação da receita das contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública, e as receitas para contribuição previdenciárias. A previsão dessa receita foi realizada com base no Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial é o resultado financeiro por meio da utilização do patrimônio público decorrente de bens mobiliários, imobiliários ou de participação societária. Essa receita prevista com base na Taxa SELIC e no Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Receita de Serviços

É o recurso arrecadado com a prestação de serviços por parte do ente público. A previsão dessa receita foi feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Transferências Correntes

É o recurso recebido de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

As principais fontes de transferências correntes do município são: O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA).

Considerando que a arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é correlacionada ao desempenho da atividade econômica, para sua projeção, além da expectativa sobre o crescimento do PIB levamos em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA.

Outra importante fonte de transferências correntes é Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA), para sua previsão levamos em consideração a variação dos três últimos anos.

Para as demais receitas de transferências correntes levamos em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Receitas de Capital

As operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e transferências de capital compõem as Receitas de Capital.

As operações de crédito previstas estão em tratativas junto ao BNDES para o financiamento do Conecta e PMAT 2, e junto ao CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina).

A previsão de Alienação de Bens está diretamente relacionada a diminuição da dívida pública, em especial para o pagamento dos Precatórios e do Instituto de Previdência do Município – IPMO.

As Transferências de Capital foram previstas com base nos recursos pleiteados pelo município junto ao governo federal através de Convênios e Contratos de Repasse.

Metodologia da Projeção da Despesa

As despesas previstas para o período de 2018 a 2021 seguiram uma nova lógica. Para melhorar o controle e o gerenciamento das despesas, optou-se por reorientar os programas e ações orçamentárias de forma a identificar mais claramente as despesas quando da elaboração futura dos orçamentos anuais e, principalmente, sua execução.

As ações são mais específicas e identificam mais claramente as atividades e projetos que serão implantados ao longo dos próximos anos. Outra inovação foi a de trabalharmos com uma estrutura de orçamentação “base-zero”. Não foram aplicadas, genericamente, projeções inflacionárias em despesas passadas para constituir os valores das rubricas propostas.

No caso das despesas continuadas, foram sim, aplicados os valores correspondentes às projeções inflacionárias projetadas pelo Banco Central para o IPCA de 4,37 % em 2018, 4,25% em 2019 e 4,25% em 2020 e 2021.

Para a despesa de pessoal, especificamente, há diversos fatores que influenciam sensivelmente as projeções. O crescimento do contingente de servidores em carreiras de provimento efetivo, em detrimento à substituição de servidores temporários em diversas áreas, como na Saúde, Educação, Assistência Social e apoio administrativo e operacional. Há uma perspectiva de remodelação de diversas carreiras, com reposições salariais e novas

progressões; criação de novas carreiras e extinção de outras, já obsoletas, a partir de uma ampla reforma administrativa prevista de ser realizada. Na mesma perspectiva, amplia-se e reconfigura-se as estruturas de servidores para a garantia do pleno funcionamento de novos equipamentos e serviços que serão implantados ao longo do quadriênio orçamentário.

Já nas despesas relacionadas à manutenção das estruturas administrativas e operacionais das secretarias e órgãos da administração indireta, foram estipuladas evoluções que consideram as novas estruturas que integrarão os equipamentos e prédios públicos, sempre levando em conta alternativas de aperfeiçoamento dos gastos, em uma lógica de implantação de centros de custos que permitam uma melhor gestão dos recursos.

Para os investimentos, assim como para as atividades continuadas que passarão a integrar o rol de políticas e serviços públicos, foram propostos valores com base em levantamentos técnicos da equipe de cada órgão, com referências de mercado e levantamentos das áreas que os formularam.

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(Inciso I § 2º Art. 4º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Resultado Primário

De acordo com o § 1º, Art. 4º da LRF, o *Resultado Primário* deve constar no Anexo de Metas Fiscais da LDO e refletir a capacidade do governo de pagar os serviços da dívida. O Resultado Primário indica se as receitas fiscais são capazes de suportar as despesas fiscais, ou seja, se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação. Esse Resultado pode ser superavitário, deficitário ou nulo.

Em 2016 obteve-se um superávit primário de R\$ 35,6 milhões, valor inferior ao obtido em 2015 que foi de 40 milhões. O resultado positivo indica que as receitas não financeiras além de cobrirem as despesas não financeiras disponibilizaram recursos para o pagamento das despesas com serviços da dívida.

O valor do superávit primário superou a meta em 2016 basicamente devido à não execução das operações de crédito previstas inicialmente. Como se sabe, operações de crédito têm impacto negativo no resultado primário, reduzindo o valor do mesmo.

COMPARATIVO DE RESULTADO PRIMÁRIO

Comparativo de Resultado Primário					R\$1,00
Valores em R\$	Realizado 2015 (A)	Meta Fiscal 2016 (B)	Realizado 2016 (C)	C/A%	C/B%
Receitas Fiscais (I)	1.821.149.285,46	2.210.544.470,16	1.998.572.900,11	9,74%	-9,59%
Despesas Fiscais (II)	1.780.647.545,77	2.209.317.042,08	1.962.965.324,73	10,24%	-11,15%
Resultado Primário (III)=(I)-(II)	40.501.739,69	1.227.428,08	35.607.575,38	-12,08%	2801%
Dívida Consolidada Líquida	944.066.533,30	1.273.845.085,14	933.841.774,16	-1,08%	-26,69%
Resultado Nominal	301.529.677,53	68.054.358,76	(10.224.759,14)	-103,39%	-115,02%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Anexo Metas LDO 2016

Receitas Fiscais

Ao analisarmos a tabela acima, as Receitas Fiscais realizadas em 2016 foram de R\$ 1,99 bilhão, ficando 9,59% abaixo da receita prevista no anexo de metas fiscais na LDO do respectivo exercício.

Despesas Fiscais

As Despesas Fiscais correspondem às ações governamentais, tais como construções e manutenção de escolas, hospitais, pagamento de pessoal e outros programas, representados pela despesa orçamentária excluindo-se os juros, encargos e amortização da dívida.

Em 2016, a meta fixada na LDO para a Despesa Fiscal foi de R\$ 2,20 bilhão, enquanto que a despesa realizada foi 11,15% menor, finalizando o ano em R\$ 1,96 bilhão. Esse resultado refere-se em grande parte a não efetivação de toda despesa de capital prevista no último período.

Resultados Fiscais Comparados (2015-2016)

As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no exercício de 2016 atingiram o montante de R\$ 869 milhões, equivalente a 46,74% da Receita Corrente Líquida (RCL)¹, abaixo do limite legal máximo permitido pela LRF, que é de 54% e abaixo do limite prudencial de 51,30%. As despesas com inativos e pensionistas totalizaram R\$ 132 milhões, equivalentes a 7,13% da RCL – para um limite legal de 12%.

COMPARATIVOS DOS EXERCÍCIOS

	2015	%	2016	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.706.828.433,93		1.858.924.811,78	
Despesa Líquida com Pessoal	793.840.033,05	46,51%	868.914.586,51	46,74%
Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22 LRF)	875.596.510,33	51,30%	953.628.428,44	51,30%
Limite Legal (art. 20 LRF)	921.680.537,19	54,00%	1.003.819.398,36	54,00%
Despesa Líquida Inativos e Pensionistas	115.258.464,42	6,75%	132.499.962,28	7,13%
Limite Legal (§ 1º.art.2º da Lei Federal 9.717/98)	204.819.412,07	12,00%	223.070.977,41	12,00%
Dívida Consolidada Líquida	1.145.396.513,19	67,11%	1.116.895.382,09	60,08%
Limite Legal (arts. 3º e 4º da Resolução nº. 40 do Senado)	2.048.194.120,72	120,00%	2.230.709.774,14	120,00%

1. Receita Corrente Líquida corresponde às Receitas Correntes, deduzidas a contribuição dos Servidores ao IPMO e o Resultado Líquido do Fundeb.

No ano de 2015, devido a várias ações de governo e um maior controle dos gastos públicos, as despesas com pessoal atingiram o percentual de 46,51% em relação à RCL. No exercício de 2016 manteve-se as mesmas ações e as despesas de pessoal mantiveram-se dentro dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo o percentual de 46,74% em relação a RCL.

As despesas com inativos e pensionistas passaram de 6,75% para 7,13% da RCL.

No caso da Dívida Consolidada Líquida, em 2015 a relação DLC/RCL atingiu 67,11% enquanto que em 2016 a mesma relação diminuiu para 60,08%.

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Inciso II § 2º Art. 4º da Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000)

COMPARATIVO DO RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

Comparativo do Resultado Nominal e Primário

DENOMINAÇÃO	2014	2015	2016	2017 ¹
Receita Fiscal (A)	1.753.666.568,00	1.821.149.285,46	1.998.572.900,11	2.022.332.901,78
Despesa Fiscal (B)	1.728.716.966,00	1.780.647.545,77	1.962.965.324,73	2.229.582.502,42
Resultado Primário (A-B)	24.949.602,00	40.501.739,69	35.607.575,38	(207.249.600,64)
Dívida Fiscal Líquida	982.283.086,75	944.066.533,30	933.841.774,16	674.814.161,38
Resultado Nominal	52.762.321,75	301.529.677,53	(10.224.759,14)	5.420.003,97

1. Previsto na Lei 4768 de 20/07/2016

DEMONSTRATIVO IV –EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ 1,00)

(LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III)

Patrimônio Líquido	2014		2015		2016	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Patrimônio/Capital	0,00		0,00		0,00	
Reservas	0,00		0,00		0,00	
Resultado Acumulado	503.937.671,62	100	499.416.384,00	100	655.458.377,54	100
TOTAL	503.937.671,62	100	499.416.384,00	100	655.458.377,54	100

Notas: 1 - Elaborado de acordo com o PCASP e contempla apenas os dados da Administração Direta.

2 - Fonte: CTB –Sistema de Gestão Financeira ,Orçamento e Contábil.

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM
ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Este demonstrativo tem por finalidade dar continuidade a demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido. Conforme verificado no Sistema de Gestão Financeira – ADF; só houve arrecadação proveniente da “**Receita de Alienação de Bens Imóveis – Lei 4527/2012**”, no

período de 2016 creditado em conta corrente no dia 24/11/2016. Origem e aplicação –
Secretaria de Habitação

Nos exercícios de 2015 não obtivemos receitas provenientes da alienação de ativos.

ALIENAÇÃO DE ATIVOS NO PERÍODO DE 2015 A 2017

Exercício	Valor Orçado	Valor Arrecadado	Origem do Recurso	Aplicação do Recurso
2015	34.917.999,00	0,00	-	
2016	84.917.999,00	722.928,00	Fundo Municipal de Política Urbana e Habitacional –SEH DU	SEH DU
2017	85.822.763,00	0,00		
Total	205.658.761,00	722.928,00		

Fonte: CTB – Sistema de Gestão Financeira, Orçamento e Contábil.

**DEMONSTRATIVO VI – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

(Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a” da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000)

SITUAÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014 Plano Financeiro	2015 Plano Financeiro	2016 Plano Financeiro
Receitas Prev. (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	52.488.880,94	38.334.009,23	50.172.132,92
Receitas Correntes	52.488.880,94	38.334.009,23	50.172.132,92
Rec.de Contribuições dos Segurados	34.300.586,41	34.520.146,12	38.130.447,11
Pessoal Civil	34.300.586,41	34.520.146,12	38.130.447,11
Ativo	33.105.154,30	33.217.284,52	36.655.117,21
Inativo	1.027.431,11	1.112.720,58	1.259.317,95
Pensionista	168.001,00	190.141,02	216.011,95
Outras Rec.de Contr.	0,00	114.225,09	96.530,03
Receita Patrimonial	12.596.881,96	1.804.757,77	8.585.807,82
Rec. Val. Mobiliários	12.596.881,96	1.804.757,77	8.585.807,82
Outras Rec. Correntes	5.591.412,57	1.894.880,25	3.359.347,96
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.578.600,83	1.885.785,14	3.001.941,51
Demais Rec. Correntes	12.811,74	9.095,11	357.406,45
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Alien. Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
(-) Ded. Da Receita	0	(0,00)	(0,00)
Rec. Prev. Intra- Orçamentárias (II)	61.363.667,23	78.285.488,13	75.107.045,32

Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	113.852.548,17	116.619.497,36	125.279.178,24
--	-----------------------	-----------------------	-----------------------

DESpesas PREVIDENCIÁRIAS	2014 – LIQUIDADAS Plano Financeiro	2015–LIQUIDADAS Plano Financeiro	2016–LIQUIDADAS Plano Financeiro
Despesas Previdenciárias (Exceto Intra-orçamentárias) (IV)	104.566.139,88	122.165.428,75	140.499.454,80
Administração	5.973.588,03	6.881.453,66	8.435.540,74
Despesas Correntes	5.936.918,79	6.729.238,22	8.094.424,66
Despesas de Capital	36.669,24	152.215,44	341.116,08
Pessoal Civil	97.789.541,01	114.839.176,44	131.082.238,85
Aposentadorias	72.373.193,07	83.051.700,75	95.859.229,88
Pensões	19.410.411,39	22.559.740,91	25.363.084,61
Outros Benefícios Previdenciários	6.005.936,55	9.227.734,78	9.859.924,36
Outras Despesas Previdenciárias	803.010,84	444.798,65	981.675,21
Demais Despesas Previdenciárias	803.010,84	444.798,65	981.675,21
Desp. Previdenciárias (Intra-orçamentárias) (V)	488.383,10	544.677,81	531.163,37
Total das Desp. Previdenciárias (VI) = (IV + V)	105.054.522,98	122.710.106,56	141.030.618,17
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III + VI)	8.798.025,19	(6.090.609,20)	(15.751.439,93)

Fonte: RREO e Contabilidade IPMO

SITUAÇÃO FINANCEIRA – PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014 Plano Previdenciario	2015 Plano Previdenciario	2016 Plano Previdenciario
Receitas Prev. (Exceto Intra- Orçamentárias)(I)	15.911,22	2.553.834,49	7.438.918,83
Receitas Correntes	15.911,22	2.553.834,49	7.438.918,83
Rec.de Contribuições dos Segurados	13.460,33	2.521.695,27	6.334.329,70
Pessoal Civil	13.460,33	2.521.695,27	6.334.329,70
Ativo	13.460,33	2.521.695,27	6.334.329,70
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Outras Rec.de Contr.	0,00	0	0
Receita Patrimonial	2.450,89	32.127,24	1.104.462,20
Rec. Val. Mobiliários	2.450,89	32.127,24	1.104.462,20
Outras Rec. Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Demais Rec. Correntes	0	11,98	0
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Alien. Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Rec. Prev. Intra- Orçamentárias (II)	26.754,65	5.121.332,78	12.673.792,00
Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	42.665,87	7.675.167,27	20.112.710,83

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2014-LIQUIDADAS Plano Previdenciario	2015-LIQUIDADAS Plano Previdenciario	2016-LIQUIDADAS Plano Previdenciario
Despesas Previdenciárias (Exceto Intra-orçamentárias) (IV)	1.132,64	419.287,98	1.421.614,04
Administração	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Pessoal Civil	1.132,64	419.287,98	1.421.606,64
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	1.132,64	419.287,98	1.421.606,64
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	7,40
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	7,40
Desp. Previdenciárias (Intra-orçamentárias) (V)	0	0	0
Total das Desp. Previdenciárias (VI) = (IV + V)	1.132,64	419.287,98	1.421.614,04
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III + VI)	41.533,23	7.255.879,29	18.691.096,79

Fonte: RREO e Contabilidade IPMO

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

(LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

R\$1,00

RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA						COMPENSAÇÃO			
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	2018	2019	2020	2018	2019	2020	DESCRIÇÃO
TOTAL			-	-	-	-	-	-	

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO – DOCC

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado – DOCC foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF no art. 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Neste sentido, até a presente data, nenhum estudo que caracterize Despesa Obrigatória de Caráter Continuado – DOCC fora apresentado em forma de Ato Administrativo.